



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SESIMBRA

Parecer do Conselho Fiscal

Ao abrigo do Artigo 31º, número 1, alínea c) do Compromisso desta Irmandade, o Conselho Fiscal emite o parecer respeitante ao Relatório de Atividades e Contas de 2024.

Considerando a documentação enviada ao Conselho Fiscal, apurou-se que a Macedo, Caldas & Bento, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, auditou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, que incluem um balanço de 3.217.111 euros, Fundos Patrimoniais de 1.900.769 euros e um resultado líquido de 32.985 euros. Sendo que a sua opinião geral é que as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, exceto quanto à seguinte reserva:

O acréscimo de gastos relativo à estimativa de férias e subsídio de férias, efetuado no exercício de 2024, está subavaliado em aproximadamente 56 mil euros. Consequentemente, o passivo está subavaliado e o resultado de 2024 sobreavaliado neste mesmo montante.

Apesar desta reserva, a Macedo, Caldas & Bento, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, refere que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não se tendo identificado incorreções materiais adicionais.

Quanto à análise do Desempenho Financeiro de 2024, é da opinião do Conselho Fiscal que as demonstrações financeiras de 2024 revelam uma melhoria significativa no resultado operacional e líquido em comparação com 2023.

Resultados Líquidos: Em 2024, a entidade registou um resultado positivo antes de impostos de 32.984,99 euros, o que contrasta fortemente com o resultado negativo de -191.695,25 euros em 2023. Este resultado positivo de 32.984,99€ é proposto para ser transferido para a conta de resultados transitados.

Vendas e Serviços Prestados: Aumentaram para 2.091.412,69 euros em 2024, face a 1.995.528,57 euros em 2023. Este valor inclui mensalidades de Lares, ATL, apoio domiciliário, centro de dia, e consultas clínicas.

Subsídios, Doações e Legados à Exploração: Diminuíram para 70.877,39 euros em 2024, de 97.586,79 euros em 2023.

Custos: Os Gastos com o Pessoal aumentaram para 1.833.025,75 euros em 2024, contra 1.730.711,17 euros em 2023, refletindo o impacto do aumento do salário mínimo.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma redução de 9,57%, passando de 725.904,23 euros em 2023 para 656.423,47 euros em 2024.

Os Juros e Gastos Similares Suportados aumentaram para 29.988,05 euros em 2024, de 20.178,27 euros em 2023.

Imparidade de Dívidas a Receber: Houve uma reversão positiva de 26.287,46 euros em 2024, em contraste com uma perda de 45.284,83 euros em 2023.

Desafios e Continuidade das Operações

O Parecer deste Conselho Fiscal quanto ao Relatório de Atividades e Contas de 2023 expressava já apreensão devido aos desafios financeiros, essencialmente pelo aumento dos custos correntes, principalmente salários e juros bancários, agravados pela falta de um aumento adequado das participações do Estado.

O relatório de 2024 reitera que o aumento dos custos correntes e da massa salarial continua sem a devida compensação por parte do Estado e das famílias.

Verifica-se igualmente em 2024, o agravamento das dificuldades de tesouraria, com o ativo corrente a ser inferior ao passivo corrente em cerca de 630 mil euros a 31 de dezembro de 2024. No entanto, a Mesa Administrativa não perspetiva problemas de continuidade das operações da Santa Casa, justificando com os seguintes pontos:

Apoio Municipal: Compromisso da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) em apoiar as obras de adaptação do edifício que foi ocupado pelo Centro de Saúde com 325.000€ + IVA, e o arrendamento de parte desse edifício à CMS por 6.000€/mês.

Alienação de Património: Existência de Pedidos de Informação Prévia da CMS para terrenos no Zambujal e em Sesimbra, com expectativa de alienação de pelo menos um deles por um valor superior a 700 mil euros, o que permitirá a recuperação de dívidas. A instituição continua a considerar a alienação de património como solução para suportar déficits.

Património Adicional e Empréstimo Bancário: A Santa Casa possui ainda património adicional que pode garantir a estabilização financeira e está a avaliar a possibilidade de contrair um empréstimo bancário em 2025.

O relatório de 2024 também menciona um atraso pontual no pagamento de salários de junho/2025 (cerca de 18.000€, a regularizar em julho/2025) devido a dificuldades de tesouraria, mas sem impacto nos resultados de 2024.

Aspetos a considerar e Recomendações

Reservas da Auditoria: A reserva relativa à subavaliação do passivo e sobreavaliação do resultado de 2024 em 56 mil euros deve ser devidamente endereçada e corrigida nos registos contabilísticos futuros e acompanhada para garantir a sua resolução.

Sustentabilidade a Longo Prazo: Embora a situação de tesouraria seja preocupante, os planos de alienação de património e o apoio municipal são medidas concretas que visam mitigar o risco de continuidade. Contudo, o Relatório de Atividades de 2024 aponta para a necessidade do Governo acompanhar com mudanças de postura para evitar que a instituição tenha de eliminar valências deficitárias ou geri-las numa base empresarial, afastando-se dos seus valores.

Acompanhamento Contínuo: Tal como recomendado em 2023, é crucial manter o acompanhamento contínuo do desempenho das valências que apresentem resultados insatisfatórios e adotar medidas corretivas.

Em suma, as contas de 2024 da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra apresentam um resultado líquido positivo, revertendo o cenário deficitário de 2023, o que é um aspeto favorável. No entanto, as dificuldades de tesouraria persistem e a sua resolução depende de medidas já em curso, como a alienação de património e o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra. É fundamental que as recomendações da auditoria sejam consideradas e que se continue a trabalhar na sustentabilidade financeira da instituição a longo prazo, com a procura de soluções

que minimizem a necessidade de alienar património e garantam a continuidade da prestação de serviços sociais.

Sesimbra, 29 de julho de 2025

Conselho Fiscal

O Presidente

Assinado por: **MARIA ARGENTINA AMIANO
MARQUES**
Num. de Identificação: 10542779
Data: 2025.07.29 10:14:52+01'00'

Maria Argentina Amiano Marques

O Vice-Presidente



Luis Dionisio Santa Marta Pombo

O Secretário



Ludgero Pereira Caleiro